

## **ÁREA DE OPERAÇÕES INDUSTRIAIS 2 - AO2**

### **GERÊNCIA SETORIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

**Data: Março/2001**

**Nº 36**

## **QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

### **O PBQP-H**

Dentre os diversos programas brasileiros de qualidade e produtividade, o do setor de habitação tomou rumos próprios, tendo sido instituído, a partir da Portaria nº 134 de 18.12.98, do então Ministério do Planejamento e Orçamento, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional – PBQP-H, que hoje conta com estrutura gerencial e orçamento específicos e que, recentemente, teve ampliado seu escopo de ação para o “habitat”.

Através dele, o setor da construção civil, em parceria com o governo federal, procura replicar, nacionalmente, as experiências bem sucedidas na área da qualidade, de forma a trazer benefícios para empresas, governos e consumidores. Busca-se proporcionar ganhos de eficiência ao longo de toda a cadeia produtiva, por meio de projetos específicos para a qualificação de empresas projetistas e construtoras, produção de materiais e componentes em conformidade com as normas técnicas, formação e requalificação de recursos humanos, aperfeiçoamento da normalização técnica e melhoria da qualidade de laboratórios.

O objetivo geral do Programa é promover a qualidade e produtividade do setor de construção habitacional, com vistas a aumentar a competitividade dos bens e serviços por ele produzidos. Dentre as diretrizes estatuídas, destacam-se:

- a afirmação da necessidade da atuação integrada dos agentes públicos e privados;
- a orientação de descentralizar procedimentos, de modo a respeitar as diversas realidades regionais; e
- o incentivo à utilização de novas tecnologias para a produção habitacional.

Foram instituídos oito objetivos específicos, quais sejam:

1. fomentar o desenvolvimento e a implementação de instrumentos e mecanismos de garantia de qualidade de projetos, obras, materiais, componentes e sistemas construtivos;
2. estruturar e animar a criação de programas específicos visando a formação e a requalificação de mão-de-obra em todos os níveis;
3. promover o aperfeiçoamento da estrutura de elaboração e difusão de normas técnicas, códigos de práticas e códigos de edificações;
4. coletar e disponibilizar informações do setor e do PBQP-H;
5. estimular o inter-relacionamento entre agentes do setor;
6. apoiar a introdução de inovações tecnológicas;
7. promover a articulação internacional e
8. universalizar o acesso à moradia, ampliando o estoque de moradias e melhorando as existentes.

A coordenação geral do Programa é da Secretaria de Política Urbana (Sepurb) da Presidência da República, e seus projetos são executados a partir de duas coordenações nacionais, a de Projetos e Obras e a de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos, coordenados pela iniciativa privada. Há também as coordenações estaduais e/ou regionais e um grupo de assessoria técnica.

Existe, ainda, o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (Ctech) que analisa as proposições técnicas dessas coordenações. O Ctech, constituído por representantes do setor público e de

associações do setor privado, foi instituído com o objetivo de acompanhar e incentivar as atividades referentes à tecnologia no setor de habitação, abrangendo toda a cadeia produtiva, com representantes indicados por diferentes órgãos e entidades. É também seu objetivo acompanhar a implementação do PBQP-H, apoiando os programas voltados à melhoria da qualidade, aumento da produtividade e inovação tecnológica no setor de habitação.

O PBQP-H propôs, para o período 1998-2002, a seguinte meta mobilizadora: elevar para 90%, até o ano 2002, o percentual médio de conformidade com as normas técnicas dos produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção. Em 2000, o percentual médio de não conformidade técnica dos materiais e componentes da construção civil habitacional estava em torno de 40%. O cumprimento da meta significará a formação de ambiente favorável para a evolução tecnológica, o aumento dos padrões de produtividade e a redução de custos e preços finais.

Essa meta foi estabelecida com a participação de profissionais do setor, e foi formulada de tal forma que mobilizasse os agentes públicos e privados envolvidos, e que pudessem ser assumida como compromisso setorial. Baseou-se em um dos projetos do PBQP-H, que é o combate à não-conformidade, especialmente a intencional, praticada por fornecedores e/ou construtores, acarretando concorrência desleal e prejudicando o consumidor final.

Na articulação com as entidades setoriais de âmbito nacional, considerou-se, preliminarmente, a seguinte cesta de materiais da construção habitacional:

- materiais e componentes estruturais e de alvenaria:

cimento portland,  
aço para armaduras de concreto,  
concreto dosado em central,  
cal hidratada,  
bloco de concreto,  
bloco cerâmico,  
componentes de madeira,  
laje pré-moldada e  
argamassas industrializadas;

- materiais e componentes de coberturas e acabamentos

telha cerâmica,  
portas e janelas de aço/alumínio/PVC,  
cerâmicas de revestimento e  
vidros planos;

- materiais e componentes de sistemas hidráulicos e elétricos

tubos e conexões de PVC,  
metais e louças sanitárias,  
fios e cabos elétricos e material elétrico (interruptores, tomadas e disjuntores).

O setor privado tem se empenhado para que seja alcançada a meta, através da implantação de diversos Programas Setoriais de Qualidade (PSQ), de acordo com a citada cesta básica. Os programas setoriais existentes são:

- cimento portland;
- argamassa industrializada para construção civil;
- cal hidratada;
- barras e fios de aço;

- tubos e conexões de PVC para sistema hidráulico;
- janelas e portas em PVC;
- metais sanitários;
- louças sanitárias;
- concreto dosado;
- reservatórios de água;
- placas cerâmicas de revestimento;
- lajes pré-fabricadas;
- lajes, blocos de concreto estrutural e de vedação;
- caixilhos de aço – janelas e portas de aço;
- tubos de aço e conexões de ferro; e
- telhas de aço.

Esses programas têm resultado, por exemplo, na publicação, via Internet, de indicadores de conformidade e, até mesmo, de marcas flagradas em não-conformidade. Porém, a elevação da conformidade técnica dos produtos no nível proposto exige não somente a organização de programas setoriais, mas também o estabelecimento de uma cadeia de articulações que mobilizem setores do governo e da iniciativa privada, em ações práticas no efetivo combate à não-conformidade. Por exemplo, nos programas habitacionais atua-se junto aos agentes promotores e financiadores para que, em suas normas, só sejam especificados produtos normalizados.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, os Sindicatos da Indústria da Construção e as Associações Setoriais desenvolvem programas de auditoria da qualidade, com entidades independentes, sobre os materiais e componentes oferecidos no mercado, objetivando verificar a conformidade dos produtos às normas brasileiras e divulgar amplamente os resultados às empresas construtoras, para que melhor avaliem seus fornecedores e aos revendedores.

### **O BNDES e o Programa**

A cadeia produtiva da construção civil é bastante complexa abrangendo segmentos extremamente diferenciados, podendo-se observar os seguintes aspectos:

- ☐ respondeu por cerca de 15% do PIB nacional nos últimos anos, segundo estudo publicado pela Fiesp;
- ☐ abrange larga faixa de segmentos fornecedores, podendo-se citar, dentre outros, aço, alumínio, cobre, cimento, vidro, cerâmica, mineração, sistemas elétricos, madeira, plásticos, química, equipamentos (elevadores, válvulas, bombas), fios e cabos que compõem a cadeia produtiva dos vários sistemas;
- ☐ compreende amplo segmento de prestadores de serviços especializados como projetos arquitetônicos, iluminação, refrigeração, vedação, etc.
- ☐ impacta custos de investimentos de todos os setores industriais;
- ☐ responde por parcela significativa no custo de infra-estrutura e de programas sociais de habitação e saneamento;
- ☐ precisa de ganhos significativos de produtividade e competitividade, especialmente nos aspectos tecnológicos e de gestão, pois segundo estudo realizado pela McKinsey, no Brasil, a produtividade da construção residencial corresponde a 35% daquela verificada nos Estados Unidos, a da construção comercial, 39%, e da pesada, 51%; e
- ☐ há problemas variados em diversos segmentos quanto à padronização e ao cumprimento de normas técnicas.

Segmento com a magnitude já citada e com tamanha amplitude de impacto intersetorial tem um reduzido relacionamento direto com o BNDES. O relacionamento com o segmento dinâmico da cadeia – o da construção civil – é totalmente indireto.

No entanto, a construção civil é importante fornecedor de todos os clientes do Sistema BNDES. É um segmento que impacta toda a economia, com reflexos na competitividade de todos os setores, especialmente aqueles onde a parcela de obras civis em seu investimento, é extremamente alta, tal como os de infra-estrutura e de turismo.

Por convite do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDES vem participando do Fórum de Competitividade da Construção Civil. A partir das constatações possibilitadas por essa participação, o Banco, em 28/08/00, aprovou Termo de Adesão ao PBQP-H. Vale dizer, de ora em diante o BNDES se une aos esforços de aumento de qualidade e produtividade da construção civil voltando-se, sobretudo, aos setores fornecedores, devido à própria divisão de funções dentro do sistema financeiro federal que delega à Caixa Econômica Federal a função de financiar a construção habitacional. No entanto, é importante lembrar que o BNDES é grande financiador – indireto – da construção pesada, pelo apoio aos investimentos em infra-estrutura e da construção comercial, através dos projetos dos setores industriais e de comércio e serviços.

Na esfera de ação junto aos fabricantes, poderá ser fomentada a evolução tecnológica do setor de material de construção, o aumento da produtividade das empresas e a melhoria dos métodos de gestão e do padrão de qualidade dos produtos.

O BNDES, assim, terá a oportunidade de contribuir para que a construção civil possibilite a redução dos custos de investimentos no país, com impactos positivos no setor de habitação popular – de inegável alcance social – e na competitividade dos demais setores da economia.

#### **Ficha Técnica:**

**Angela Maria M. M. Santos**  
**Gerente Setorial**

Mário Guedes de Mello Neto – economista.